

Regimento do Legislativo torna parlamentar omissso

Rubem de Azevedo Lima

Há uma crise político-militar em gestação, com data e lugar marcados para eclodir: amanhã, dia 27, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

O pivô da crise é o deputado Jair Bolsonaro, capitão da reserva do Exército, que, no exercício do mandato parlamentar e protegido pela Constituição, pretende participar da passeata de mulheres e filhos de militares a favor do aumento do soldo de seus maridos e pais.

Trata-se de episódio de interesse restrito, mas que já passou da fase de troca de farpas e ameaças entre o deputado e as autoridades militares. Esperando evitar o pior, o Governo conseguiu aprovar, em tempo recorde, no Congresso, o reajuste de 80% nos vencimentos dos civis e militares. O aumento, no entanto, ficou aquém do que pediam os interessados.

Apesar disso, o Legislativo tratou o fato gerador da crise quase fingindo ignorá-lo e sem debetê-lo abertamente. Muitos congressistas se admiram de que tenham pensado em contornar o caso Bolsonaro por meio de uma interpretação restritiva à Constituição no tocante aos direitos dos parlamentares, o que seria um precedente perigoso para a preservação da ordem democrática.

Erro

“É um erro” — afirma o senador Epitácio Cafeteira, do Maranhão, e um dos raros congressistas que discursaram sobre o assunto, no Senado — “achar que as crises só se resolvem quando são esquecidas”.

Por que o Legislativo, que é o ponto natural de convergência, na busca de soluções para os problemas do País, pareceu fazer vista grossa diante do episódio?

“Simplesmente porque não se travam mais debates parlamentares”, reconhece o deputado Odacir Klein, do PMDB gaúcho, ex-líder do partido na Câmara no regime militar.

Segundo Klein, o regimento interno da Câmara, no afã de dinamizar as votações e de abrir espaço para que todos os deputados falem, mudou a sistemática do trabalho parlamentar em plenário e, na prática, “isso acabou com o debate”.

A queixa do representante gaúcho procede. O chamado pinga-fogo



Klein: “Debates estão raros”

— período no qual cada deputado fala por cinco minutos, sem ser aparteado — ganhou mais meia hora no início das sessões. Em seguida, passa-se à ordem do dia, na qual se discutem e se votam os projetos em pauta. Encerrada essa fase, com discussões apenas sobre assuntos específicos e predeterminados, e votadas as matérias — quando há quórum —, começa então o chamado Grande Expediente, no qual falam três oradores, durante 25 minutos cada um.

Pelo regimento anterior, essa etapa vinha antes da ordem do dia e era reservada ao debate das questões políticas, enquanto se aguardava a votação dos projetos. Com a inversão havida, o plenário passou a esvaziar-se quase por inteiro, depois do exame das matérias da pauta.

“O pior” — diz Klein — é que essa inversão esvaziou o debate político e não dinamizou as votações.

Queixas

Foi por esse motivo, aliás, que os deputados de primeiro mandato se queixaram de seus líderes, acusando-os de terem trocado o hábito da discussão política pública, por decisões adotadas em conversas de gabinete, às quais não têm acesso. Muitos novatos se rebelaram e conquistaram o comando de

comissões permanentes ou especiais da Câmara, que, no entanto, só debatem assuntos técnicos, longe do plenário.

Klein conta que já pensou em falar sobre a situação política, econômica e social do País. Mas, como gostaria de dialogar com seus pares e não dizer apenas o que pensa, ainda não se animou a enfrentar a fila de oradores do pinga-fogo.

O pinga-fogo é o meio pelo qual os parlamentares dão pequenos recados individuais, de que a imprensa geralmente não toma conhecimento. Nele, não há lugar para a troca de idéias, mas são muitas as crises geradas por esses monólogos.

O caso Bolsonaro começou num discurso de pinga-fogo e se desdobrou em outros pronunciamentos do mesmo tipo. Num deles, o deputado-capitão referiu-se de modo anti-regimental ao ministro do Exército. A mesa da Câmara retirou do discurso as expressões indevidas. Mas, como em todas as falas de plenário, o que ali se diz, embora venha a ser declarado sem efeito — e talvez por isso mesmo —, sempre ganha dimensão quando envolve temas explosivos.

Num pinga-fogo, o ex-deputado mineiro Marcos Tito, leu, como de sua autoria, num pinga-fogo, trechos de um documento comunista e foi cassado sob a acusação de fazer a apologia da violência marxista.

Bolsonaro está sendo visto por seus críticos como cópia daquele agente da CIA, em 1964, o cabo Anselmo, que procurou sublevar cabos e sargentos da Marinha. Só que, ao contrário de seu suposto modelo, Bolsonaro parece defender causa incômoda às autoridades, mas que conta com o apoio da maioria de seus companheiros de farda.

Mais uma vez, por falta de contraditório no debate, um pronunciamento excessivamente azedo foi recebido com azedume excessivo e cria tensões que põem em xeque não apenas a Constituição, mas a própria democracia.

Dadas as circunstâncias e em face do precedente Fujimori, no Peru, essa plantinha que o ex-deputado Otávio Mangabeira chamou de “tenrinha”, no Brasil, talvez não possa ser pisoteada com a mesma simplicidade de outros tempos, mas continua em perigo, a exigir compreensão e cuidados de todos.

Jorge Cardoso

JORNAL DE BRASÍLIA
26 ABR 1992